

Nota Informativa

Edição 140/2024

DESTAQUES

Indústria digital ganha R\$ R\$ 144,4 bi em recursos públicos e privados

BNDES terá linha de R\$ 2 bilhões para data centers com recursos do Fust

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Haddad diz que taxação de big techs será proposta em 2024

INPE divulga resultado da licitação para aquisição de novo supercomputador

Nova lei alavanca investimento privado de R\$ 24,8 bi para exportação de chips "Made in Brazil"

AGU defende rever responsabilização de plataformas no Marco Civil da Internet

REFORMA TRIBUTÁRIA

Setor financeiro cria grupo para elaborar sistema de arrecadação da reforma tributária

Cashback para telecom teria impacto nulo em alíquotas, afirma Conexis

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Retorna à Câmara projeto que dispensa licitação durante calamidades públicas

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Haddad: Inflação preocupa um pouquinho, sobretudo em virtude de clima

Setor de serviços cresce pelo segundo mês em julho e renova patamar recorde

Ipea estima déficit primário de R\$ 22,8 bilhões nas contas do governo central em agosto

Desoneração trava na Câmara com preocupação do BC sobre dinheiro esquecido

INFRAESTRUTURA

Prefeituras se mobilizam para limpar postes, mas estratégia contém riscos

JUDICIÁRIO

PGR defende que STF rejeite ações de OAB e Novo sobre bloqueio do X

MEIO AMBIENTE

Brasil consegue apoio do G20 para reforma de fundos climáticos

POLÍTICA

Comissão de Constituição e Justiça inicia discussão de proposta que limita decisões monocráticas no STF

Ministro do Esporte defende rigor com abusos e fraudes em apostas esportivas

TRABALHISTA

Governo Lula ignora decisão judicial e cobra divulgação de salários em empresas privadas

DESTAQUES

Indústria digital ganha R\$ R\$ 144,4 bi em recursos públicos e privados

Poder Executivo | 11/09/2024– 15h07min

A indústria brasileira ganhará um reforço de R\$ 58,7 bilhões em investimentos públicos para a transformação digital até 2026, além de R\$ 85,7 bilhões da parte do setor produtivo do país até 2035. Os primeiros recursos serão direcionados à fabricação de fibra ótica, instalação de datacenters e computação em nuvem, telecomunicações, eletromobilidade, desenvolvimento de softwares e implantação de redes de infraestrutura. Somados aos R\$ 42,2 bilhões que já foram alocados pelo setor público neste governo, o total chega a R\$ 186,6 bilhões em investimentos. Os anúncios ocorreram em cerimônia no Palácio do Planalto, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também sancionou a lei que trata do novo Programa Brasil Semicondutores (Brasil Semicon). Com a medida, estão previstos incentivos de R\$ 7 bilhões por ano até 2026, em crédito tributários, para o setor de semicondutores e tecnologia da informação e comunicação (TIC), com aplicações voltadas para painéis solares, smartphones, computadores pessoais e outros dispositivos associados diretamente à chamada indústria 4.0. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

BNDES terá linha de R\$ 2 bilhões para data centers com recursos do Fust

Poder Executivo | 11/09/2024– 14h11min

Durante o lançamento da Missão 4 da Nova Indústria Brasil (NIB), que aconteceu na quarta-feira, 11, no Palácio do Planalto, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, anunciou uma linha de crédito específica para investimento em data centers no País, com um aporte R\$ 2 bilhões. Segundo Mercadante, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) integrará entre 20% e 70% dos recursos para a iniciativa. O restante será composto por recursos do próprio BNDES. Vale lembrar que data centers foram recentemente incluídos entre os objetivos para aplicação de recursos do Fust. Para projetos nas regiões Norte e Nordeste, a taxa de juros para acesso à nova linha do BNDES será a partir de 6,13%. Demais regiões, a taxa é de 8,5%. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Haddad diz que taxação de big techs será proposta em 2024

Poder Executivo | 11/09/2024 – 12h23min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na 4ª feira (11.set.2024) que “já passou do tempo” de regulamentar as big techs –grandes empresas de tecnologia, como o Google, Facebook e outras empresas. Segundo ele, o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve adotar em 2024 medidas para “salvaguardar os direitos soberanos do país em relação a essas atividades”. Haddad disse que o Brasil estava aguardando países a aderirem aos pilares 1 e 2 da OCDE (Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), que são medidas internacionais de tributação. Segundo o ministro, é um processo global para tributar da forma correta. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

INPE divulga resultado da licitação para aquisição de novo supercomputador

Poder Executivo | 11/09/2024 – 12h17min

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), realizou na segunda-feira (9) a sessão de abertura das propostas para a aquisição de um novo sistema de supercomputação e armazenamento de dados de alta performance. Duas empresas se credenciaram para participar do certame, sendo que a empresa HPE-Cray Supercomputing foi declarada vencedora após as fases de análise das propostas e de habilitação. O novo supercomputador custará cerca de R\$ 25 milhões e a previsão é de que seja entregue em até seis meses após a assinatura do contrato, com início da operação estimada para ocorrer entre abril e maio de 2025. O equipamento será instalado no Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), na unidade do INPE em Cachoeira Paulista (SP), onde são realizadas as atividades das previsões numéricas de tempo, de clima e ambiental feitas pelo Instituto. Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Nova lei alavanca investimento privado de R\$ 24,8 bi para exportação de chips “Made in Brazil”

Poder Legislativo | 11/09/2024 – 11h40min

As fábricas brasileiras de semicondutores estão se estruturando para entrar nas cadeias globais de tecnologia de ponta, com a expectativa de exportar chips Made in Brazil a alguns dos principais mercados mundiais, entre eles Estados Unidos e Europa. Na quarta-feira (11/9), durante evento com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, no Palácio do Planalto, a Abisemi (associação que reúne as indústrias de semicondutores) anunciou investimentos de R\$ 24,8 bilhões em pesquisa e desenvolvimento, aumento da capacidade produtiva e expansão de fábricas. “Um dos objetivos centrais da Nova Indústria Brasil (NIB) é aumentar a competitividade das nossas empresas e alavancar as exportações brasileiras de alto valor agregado, e, aqui, nós estamos falando de um setor alta tecnologia, com capacidade não só de produzir e exportar, mas também de atrair parcerias e investimentos externos”, destacou o vice-presidente e ministro do MDIC, Geraldo Alckmin. Durante a cerimônia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei que cria o programa Brasil Semicon e atualiza o Padis (Programa de Apoio aos Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores), ações que a Abisemi considera determinantes para as decisões de investimentos. Fonte: ASCOM MDIC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

AGU defende rever responsabilização de plataformas no Marco Civil da Internet

Poder Executivo | 10/09/2024 – 21h36

Na sua manifestação nas ações que analisam a constitucionalidade do art.19 do Marco Civil da Internet (MCI), a Advocacia-Geral da União (AGU) defendeu a revisão da responsabilização das plataformas, dizendo que a atual interpretação do artigo 19 do MCI mostra-se insuficiente para proteger direitos fundamentais previstos na Constituição de 1988.

Para a AGU, o dispositivo do MCI deve ser interpretado à luz dos princípios constitucionais, especialmente considerando a dignidade da pessoa humana, a proteção da honra, da imagem e da privacidade, a proteção das crianças e adolescentes, bem como o direito à informação; e não na forma atual, que entende que os provedores de aplicações de Internet só podem ser responsabilizados civilmente por danos causados por conteúdos gerados por terceiros se, após ordem judicial específica, deixarem de remover o conteúdo considerado ilícito. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Setor financeiro cria grupo para elaborar sistema de arrecadação da reforma tributária

Poder Executivo | 10/09/2024 – 21h30min

Instituições financeiras que lidam com meios de pagamento criaram um grupo de trabalho, coordenado pela CNF (Confederação Nacional das Instituições Financeiras), para formatar o split payment, sistema que permite recolher automaticamente os novos tributos previstos na reforma tributária. O grupo pretende, em diálogo com o governo, construir um modelo que seja neutro, barato e tecnicamente viável. A primeira reunião ocorreu na segunda-feira (9). A ideia é que os trabalhos sejam concluídos em até um ano. O split payment seria uma retenção automática do imposto no momento da transação financeira. Na avaliação do secretário da Reforma Tributária, Bernard Appy, o modelo pode ter impacto sobre o caixa das empresas, mas, afirma, os benefícios seriam maiores. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Cashback para telecom teria impacto nulo em alíquotas, afirma Conexis

Poder Legislativo | 10/09/2024 – 18h28min

A ampliação do cashback para o setor de telecomunicações teria um impacto "nulo" na alíquota do novo Imposto sobre Valor Adicionado (SVA). Isso foi o que argumentou Marcos Ferrari, diretor presidente da Conexis – entidade que representa algumas das principais operadoras do Brasil. Em audiência sobre o tema na terça-feira, 10, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Ferrari mostrou um estudo realizada pela própria Conexis, que estima em 0,01% o peso de se ajustar o regulamento da reforma tributária (PLP 68/2024) para incluir o setor de telecom no sistema de cashback para serviços essenciais. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Retorna à Câmara projeto que dispensa licitação durante calamidades públicas

Poder Legislativo | 10/09/2024 – 18h34min

O Plenário aprovou na terça-feira (10) o projeto de lei que permite a dispensa de licitação para compras e obras em casos de calamidade pública. O objetivo do texto é flexibilizar as regras de licitação dos tipos em situações de emergência. A matéria retorna para apreciação da Câmara dos Deputados, tendo em vista as alterações promovidas pelo relator, senador Paulo Paim (PT-RS). Apreciado em regime de urgência, o [PL 3.117/2024](#) faz parte de uma série de medidas legislativas para apoiar a reconstrução de entes federativos vítimas de desastres naturais. O projeto prevê a dispensa de licitação para compras e obras, inclusive de engenharia, e muda outras restrições legais quando isso for necessário para enfrentar emergencialmente os efeitos do estado de calamidade pública. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Haddad: Inflação preocupa um pouquinho, sobretudo em virtude de clima

Poder Executivo | 11/09/2024 – 12h59min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na quarta-feira (11), que a inflação causa preocupação na equipe econômica, principalmente em virtude dos acontecimentos climáticos recentes. De acordo com ele, o governo tem acompanhado a situação, mas os efeitos do clima nos alimentos e na energia causam um pouco de preocupação. "Essa inflação advinda do fenômeno [clima] não se resolve com juro", disse. O ministro falou com jornalistas na sede do Ministério da Fazenda, em Brasília. Haddad apontou que o Banco Central está com um quadro técnico bastante consistente para tomar a melhor decisão sobre a taxa de juros. Na terça-feira (10) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que o IPCA teve deflação de 0,02% em agosto, após apresentar inflação de 0,38% em julho. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor de serviços cresce pelo segundo mês em julho e renova patamar recorde

Poder Executivo | 11/09/2024 – 09h

O volume de serviços prestados no país seguiu em trajetória de crescimento em julho, apresentando expansão de 1,2% na comparação com junho. Este é o segundo resultado positivo seguido, período em que acumulou um ganho de 2,9% (junho-julho). Da forma, o setor renovou seu patamar recorde, suplantando o nível do mês anterior. Os dados são da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada na quarta-feira (11/9) pelo IBGE. Na comparação contra julho de 2023, o setor teve expansão de 4,3% no mês. No acumulado do ano, o volume de serviços cresceu 1,8% frente a igual período de 2023. Já no indicador dos últimos 12 meses, houve ganho de dinamismo, passando de 0,8% em junho para 0,9% em julho. "Para o entendimento do resultado, é importante notar a ligeira disseminação das altas, registradas em três dos cinco setores avaliados na pesquisa, mas com destaque para as atividades de profissionais, administrativos e complementares e de informação e comunicação, que emplacaram, em ambos os casos, o segundo resultado positivo em sequência", analisa Rodrigo Lobo, gerente da PMS. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ipea estima déficit primário de R\$ 22,8 bilhões nas contas do governo central em agosto

Poder Executivo | 11/09/2024 – 00h00min

As contas do governo central tiveram um déficit primário de R\$ 22,8 bilhões em agosto, de acordo com uma estimativa preliminar do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base em dados da execução orçamentária registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do Governo Federal. No acumulado do ano, o resultado primário apresenta um déficit de R\$ 100,1 bilhões, a preços constantes de agosto, ante o déficit de R\$ 109,3 bilhões no mesmo período de 2023. A receita líquida do governo central atingiu R\$ 148,4 bilhões em agosto, um crescimento de 5,8% em termos reais, na comparação com agosto do ano passado. Por sua vez, a despesa totalizou R\$ 171,2 bilhões, Crescimento de 1,9% em relação ao mesmo período de 2023. A receita total teve um aumento real de 9,5% em agosto, frente ao montante arrecadado no mesmo mês de 2023. Isso se deu em função do bom desempenho da arrecadação das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), com expansão de 10,8%. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Desoneração trava na Câmara com preocupação do BC sobre dinheiro esquecido

Poder Legislativo | 10/09/2024 – 20h45min

O projeto de lei que estende a desoneração da folha de pagamentos até o fim de 2024, aprovado no Senado e aguardado por empresas de 17 setores que mais empregam e municípios de pequeno e médio portes, teve a sua votação na Câmara dos Deputados travada por um alerta vindo do Banco Central (BC). A preocupação tem relação com uma medida que trata dos recursos esquecidos em instituições financeiras privadas e públicas. Segundo lideranças da Câmara ouvidas pelo Estadão/Broadcast, dúvidas jurídicas sobre esse trecho, uma das compensações para a desoneração em 2024, travaram a votação do texto na Casa. O texto questionado diz que, a partir da data da aprovação do projeto de lei, os correntistas terão 30 dias para reivindicar os recursos. Os saldos que não forem

reclamados passarão automaticamente para a União e serão apropriados pelo Tesouro Nacional como receita primária. Os recursos são, portanto, todos de fonte privada, sob custódia das instituições financeiras, e passariam para as mãos do governo. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

INFRAESTRUTURA

Prefeituras se mobilizam para limpar postes, mas estratégia contém riscos

Poder Executivo | 10/09/2024 – 23h

Um movimento importante começa a surgir em diversas prefeituras brasileiras com grande potencial de afetar as redes de telecomunicações e a ocupação dos postes: iniciativas de limpeza dos postes lideradas pelas autoridades municipais, que delegam a empresas terceirizadas a retirada de cabos e equipamentos considerados abandonados. O problema é que não existem regras para esses procedimentos, falta acompanhamento técnico tanto das empresas de energia quanto das empresas de telecomunicações, e não há nenhum controle com o que é feito com o material retirado, com risco inclusive de que ele seja recolocado no mercado. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

PGR defende que STF rejeite ações de OAB e Novo sobre bloqueio do X

Poder Judiciário | 11/09/2024 – 15h47min

A PGR (Procuradoria Geral da República) defendeu que o STF (Supremo Tribunal Federal) rejeite as ações apresentadas pelo Novo e pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) que questionam o bloqueio do X (ex-Twitter) no Brasil. A suspensão da plataforma foi determinada pelo ministro Alexandre de Moraes em 30 de agosto e mantida por unanimidade pela 1ª Turma da Corte. Segundo o procurador-geral da República, Paulo Gonet, o Supremo não admite o tipo de reclamação apresentado pelo partido e pela entidade, uma ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental), em casos deliberados por um colegiado. Afirmou que o recurso cabível –no caso, embargos de divergência– deveria ter sido ajuizado no processo original sobre o caso do X, e não em uma nova ação. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MEIO AMBIENTE

Brasil consegue apoio do G20 para reforma de fundos climáticos

Poder Executivo | 10/09/2024 – 16h19min

O Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis do G20 (SFWG, na sigla em inglês) terminou na quarta-feira (10) a última reunião sob presidência brasileira, em evento sediado no Rio de Janeiro. Segundo os coordenadores do grupo, a principal entrega é um relatório com recomendações para reformar os fundos ambientais e climáticos. O documento foi encomendado pelo GT a especialistas no tema. Desburocratizar o acesso do chamado Sul Global aos fundos sempre foi uma das prioridades do país. Atualmente, quatro dispositivos multilaterais financiam a maioria dos projetos que tentam frear a crise climática: o Fundo Verde para o Clima (Green Climate Fund); Fundo de Investimento Climático (Climate Investment Funds); Fundo de Adaptação (Adaptation Fund) e o Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility). Os critérios para conseguir recursos dos fundos são considerados burocráticos e difíceis pela maioria dos países do Sul Global. O que o Brasil espera que mude a partir das reuniões no âmbito do G20. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Comissão de Constituição e Justiça inicia discussão de proposta que limita decisões monocráticas no STF

Poder Legislativo | 11/09/2024 – 12h20min

Os líderes partidários na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados fecharam um acordo de procedimentos para iniciar a análise da [Proposta de Emenda à Constituição \(PEC\) 8/21](#), que limita as decisões monocráticas (tomadas por um único ministro) no Supremo Tribunal Federal (STF) e em outros tribunais superiores. Pelo acordo, o parecer do relator, deputado Marcel van Hattem (Novo-RS), será apenas discutido na quarta-feira – a votação ocorrerá em outro momento. O tempo de discussão será de 15 minutos para cada integrante da comissão, tendo a possibilidade de encerramento da fase após 10 deputados falarem. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ministro do Esporte defende rigor com abusos e fraudes em apostas esportivas

Poder Executivo | 11/09/2024 – 11h23min

O ministro do Esporte, André Fufuca, afirmou, na terça-feira (11/9), durante participação no Bom Dia, Ministro, que sua pasta será rigorosa no que diz respeito à lisura envolvendo apostas ligadas ao esporte no Brasil e que a regulação do setor vai trazer benefícios ao país. Eu acho que a questão dos bets vai ser benéfica ao esporte. A gente não pode confundir os maus com os bons. Temos que separar o joio do trigo. Denúncias que estão havendo serão averiguadas e garanto que, por parte do Ministério do Esporte, todo o rigor será usado para que a gente tenha o máximo de lisura”, disse o ministro. “Não pode ter qualquer tipo de ilicitude. Somos totalmente vigilantes para que não haja e, se houver, que sejam punidos os culpados por isso”, prosseguiu. Em junho, o Ministério do Esporte anunciou a criação da Secretaria de Apostas Esportivas, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar as questões esportivas relacionadas a apostas no país. O advogado Giovanni Rocco Neto teve a nomeação como secretário publicada no dia 2 de setembro no Diário Oficial da União. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TRABALHISTA

Governo Lula ignora decisão judicial e cobra divulgação de salários em empresas privadas

Poder Executivo | 10/09/2024 – 19h02min

A Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência publicou, em 2 de setembro, uma nota oficial afirmando que todas as empresas com 100 ou mais funcionários devem publicar o Relatório de Transparência Salarial entre mulheres e homens, sob pena de multas estipuladas pela Lei de Igualdade Salarial. O problema é que a medida está suspensa por decisão judicial e, assim, não há obrigatoriedade imposta neste momento. As informações divulgadas pelo governo, portanto, estão distorcidas. Em 19 de julho de 2024, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 6ª Região aceitou uma demanda da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) e restabeleceu uma liminar que suspende o relatório de transparência salarial obrigatório. Procurada pela Coluna do Estadão, a Secom não retornou. O Ministério do Trabalho e a Advocacia-Geral da União afirmaram que não foram oficialmente informados do reestabelecimento da liminar, apesar de a movimentação do processo ser pública. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)